



comunidade intermunicipal
do **Alto Alentejo**

ESTUDO PARA REORGANIZAÇÃO DA REDE DA OFERTA FORMATIVA DE ENSINO SUPERIOR, TECNOLÓGICO E PROFISSIONAL NO ALTO ALENTEJO

SUMÁRIO EXECUTIVO



Abril, 2014

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Âmbito e Objetivos do Estudo

A aposta central do Alto Alentejo no reforço da sua competitividade territorial confere às suas Instituições de Ensino Superior (IES) um papel cada vez mais relevante na resposta aos principais objetivos de uma Estratégia de Desenvolvimento Integrado para o horizonte 2020 (em preparação), que aborda desafios específicos em matéria de competitividade económica, de inovação e conhecimento e de desenvolvimento sustentável.

Entre os desafios incontornáveis que exigem um envolvimento e protagonismo crescente dos subsistemas de formação escolar (tecnológica, profissional e superior), destacam-se os seguintes:

- melhorar a oferta formativa ajustando-a à procura dos jovens e adultos e à procura das empresas e organizações empregadoras, no sentido de consolidar trajetórias individuais de formação e de fortalecer o tecido sócio-produtivo nos setores de atividade detentores de capacidade competitiva a nível regional;
- reduzir o défice de competências nos serviços públicos cujo desempenho tem elevadas exigências de qualificação (saúde, assistência social, gestão e manutenção de equipamentos e infraestruturas, ...);
- criar mais e melhores serviços orientados, simultaneamente, para a dinamização e atração de iniciativa empresarial, para o empreendedorismo e para o suporte e qualificação da atividade de empresas já existentes, designadamente na área dos serviços avançados;
- promover a inovação e o desenvolvimento de áreas empresariais emergentes, através da mobilização de competências qualificadas e de serviços de excelência às empresas.

A generalidade das Instituições (Ensino Superior, Tecnológico e Profissional) do Alto Alentejo confrontam-se, no contexto atual, com: (i) a redução do peso do Estado no financiamento, redução que induz a necessidade de encontrar fontes de financiamento alternativas; e (ii) as consequências que os constrangimentos demográficos colocam à procura de formação escolar em territórios cujo crescimento natural está em queda e cuja capacidade de atração de novos residentes é manifestamente débil, designadamente, por não terem ainda sido implementadas estratégias territoriais mais proativas na concretização desse desiderato.

Os desafios da competitividade regional no futuro próximo, os atuais compromissos das Instituições no sentido da sua reestruturação, bem como as Orientações da Política de Coesão para o período 2014-2020, constituem um complexo quadro de referência para refletir em torno da definição da respetiva

vocação, na interação com a comunidade económica regional e no sentido de reforçar a competitividade desta nas suas diferentes expressões setoriais e sub-regionais.

Sob este pano de fundo, a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA) dinamizou a Elaboração do **Estudo para Reorganização da Rede da Oferta Formativa de Ensino Superior, Tecnológico e Profissional no Alto Alentejo**, com os seguintes objetivos específicos:

- (a) Identificar e caracterizar as tendências mais recentes de desenvolvimento da economia regional e sub-regional;
- (b) Refletir e criar uma visão prospetiva sobre o papel do Instituto Politécnico de Portalegre (IPP) na Rede Regional de Ciência, Tecnologia e Inovação ajustada ao perfil produtivo, às dinâmicas regionais e sub-regionais;
- (c) Promover a reestruturação da oferta formativa de Ensino Superior, Tecnológico e Profissional, em particular do IPP, bem como a sua atratividade junto dos potenciais destinatários;
- (d) Promover a concertação estratégica e a cooperação funcional entre o IPP e as restantes IES da Região e territórios vizinhos, no que respeita à procura de novas oportunidades de desenvolvimento à definição de especializações funcionais e de programas formativos, bem como ao reforço das relações com o exterior;
- (e) Promover o estabelecimento de um quadro de cooperação entre as IES e os atores regionais, públicos e privados que contribua para a definição das estratégias de desenvolvimento da formação e da investigação, fomentando a transferência de conhecimento e tecnologia.

Na sequência da realização das componentes técnicas da metodologia de trabalho formulada em sede Proposta de Estudo, o IESE apresentou à CIMAA o **Relatório Final Preliminar** que constitui uma base de trabalho para estruturar a reflexão sobre os elementos de diagnóstico e prospetiva e as propostas preliminares em que poderá assentar a **Reorganização da Rede da Oferta Formativa de Ensino Superior, Tecnológico e Profissional no Alto Alentejo**.

2. Oferta e procura de formação no Alto Alentejo: elementos de síntese

A análise da oferta e procura de formação teve como objetivo sistematizar elementos que permitissem traçar possibilidades para: (i) a redefinição do posicionamento e das vocações do Instituto Politécnico de Portalegre, no contexto da rede formativa do Alto Alentejo e territórios vizinhos; e (ii) a reestruturação das valências da oferta formativa e dos serviços prestados e para o reforço da interação das instituições de ensino e respetivas atividades com as atividades produtivas, com o sistema regional de logística empresarial e com a comunidade económica e empregadora.

O essencial do diagnóstico incidu sobre as ofertas de formação de nível secundário, pós-secundário e superior do Alto Alentejo, não obstante a atenção prestada à análise do contributo do IPP na dinamização da I&D de base regional. Desse diagnóstico, ressalta um conjunto de conclusões que importa reter:

✓ *Ensino Básico e Secundário*

- (i) O Ensino Básico e Secundário de dupla certificação está presente em apenas alguns concelhos e centra-se tanto em ofertas de Ensino Profissional, como em Cursos de Educação e Formação com certificação ao nível do 3º ciclo do Ensino Básico;
- (ii) As áreas de especialização regional estão cobertas com qualificações deste nível, designadamente: turismo, agricultura, pecuária, caça, agroalimentar, ambiente, saúde e termalismo, TIC e eletrónica, mecânica aeronáutica e algumas áreas sociais;
- (iii) Embora não exista uma estratégia de coordenação da oferta formativa regional, não se verifica duplicação de ofertas, com exceção de áreas relacionadas com os serviços coletivos e os serviços de manutenção, observando-se alguma especialização da oferta formativa entre os vários concelhos, correspondendo às atividades económicas predominantes em cada um deles;
- (iv) As entidades formadoras especializadas, e que se podem constituir como parceiros estratégicos do IPP, são a Escola Profissional Associação Agostinho Roseta, a Escola Tecnológica Artística e Profissional de Nisa, a Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Alter do Chão, a Escola Profissional Abreu Callado e a Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre;
- (v) No que se refere às entidades da rede pública de educação destacam-se as dinâmicas reveladas pelas Escolas Secundárias de Elvas, Portalegre, Campo Maior e Ponte de Sor; as ofertas mais diferenciadoras têm origem nas Escolas de Campo Maior (TIC, eletrónica e produção alimentar) e de Elvas (produção agrária e eletrotecnia);
- (vi) As ofertas de nível secundário revelam alguma instabilidade quer em volume, quer quanto aos cursos propriamente ditos tornando mais difícil o estabelecimento de ofertas de fileira sequenciais que permitam esboçar percursos profissionalizantes de secundário a pós-secundário ou superior. No entanto, esta característica cumpre o objetivo de potenciar a empregabilidade num contexto territorial de pequena escala em que a saturação da oferta de qualificações é mais evidente, pelo que não é em si mesmo negativo, antes coloca maior exigência ao esforço de coordenação.

✓ *Ensino pós-secundário*

- (i) Cursos de Especialização Tecnológica, oferecidos tanto pelas Escolas de Tecnologia e Gestão e Superior Agrária do Instituto Politécnico de Portalegre, como pela Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre;
- (ii) Estas ofertas são orientadas para perfis profissionais muito especializados e correspondem globalmente às áreas de especialização das entidades promotoras;
- (iii) Sobreposição de ofertas entre as IES da Região - a coordenação da oferta a este nível não tem sido inteiramente bem sucedida, sendo que a instituição mais dinâmica na promoção destas ofertas é o IP Beja.

✓ *Ensino Superior*

- (i) A oferta é diversificada ao nível do 1º ciclo e tem registado algum movimento de recomposição, ainda que com impacto limitado, já que as novas ofertas, nomeadamente, associadas a áreas estratégicas para o desenvolvimento regional não têm sido capazes de atrair a procura;
- (ii) Esta oferta é complementada por diversos Mestrados e Pós-Graduações, sendo que o leque de pós-graduações é bastante limitado;
- (iii) As modalidades de oferta e os horários refletem uma abordagem tendencialmente tradicional e orientada para o público jovem de licenciatura, de prosseguimento de estudos;
- (iv) A oferta formativa nas licenciaturas de 1º ciclo obedece em parte ao critério cada vez mais exigido de diferenciação entre as ofertas do Ensino Politécnico e do Ensino Universitário; porém, mantém-se um conjunto de ofertas em regime diurno de licenciaturas de 1º ciclo mais generalistas e próximas das ofertas universitárias;
- (v) A tendência de evolução recente do IPP vai no sentido de redução do número de licenciaturas de 1º ciclo e de aumento do número de mestrados de 2º ciclo. Este movimento reflete uma tendência de especialização estreita nos Mestrados que permite alguma diferenciação de ofertas face a outras instituições e procura reduzir a dependência face à procura de licenciaturas de 1º ciclo;
- (vi) Tendo em conta que a procura efetiva e a empregabilidade dos cursos são critérios de suporte à fixação anual de vagas, existe um conjunto de ofertas que colocam o IPP em situação de desvantagem face a um daqueles critérios, dada a estruturação do mercado de trabalho a nível nacional;

- (vii) A oferta do IPP, nomeadamente a da Escola Superior de Tecnologia e Gestão só parcialmente responde às prioridades traçadas pelo Governo em termos de áreas de formação, mantendo ofertas em áreas não prioritárias e de empregabilidade mais difícil;
- (viii) O IPP implementa um leque de medidas de apoio à inserção profissional dos diplomados, acompanhando a tendência do investimento que as instituições de Ensino Superior nacionais têm levado a cabo neste campo. A criação do Gabinete do Emprego e Empreendedorismo configura um enquadramento institucional relevante para a condução e coordenação das atividades a desenvolver neste domínio;
- (ix) Os indicadores de acesso ao Ensino Superior revelam uma situação preocupante que tem vindo a agravar-se em termos de preenchimento de vagas e é relativamente transversal aos vários cursos que não se revelam concorrenciais, dado que a maior parte dos alunos não os selecionou como primeira opção;
- (x) A Rede de Coordenação da Oferta que agrega IPP, IP Beja e Universidade de Évora, não tem demonstrado capacidade de promover uma efetiva coordenação e articulação da oferta, na medida em que as sobreposições são variadas e têm prejudicado, sobretudo, o IPP, não se vislumbrando a emergência de áreas de especialização das entidades, nomeadamente, nos domínios das Engenharias e da Gestão;
- (xi) A concertação de ofertas ao nível dos Mestrados de 2º ciclo é mais evidente, nomeadamente, entre os dois IP; contudo, a predominância da Universidade de Évora prejudica a capacidade de afirmação destas duas instituições;
- (xii) Para lá da área de coordenação geográfica, existe alguma concertação com a programação de ofertas conjuntas com outros IP o que poderá apontar para uma vocação de cooperação mais inter-regional do IPP, nomeadamente com entidades do centro e norte interior.

Para além do diagnóstico da oferta, o Estudo procurou, igualmente, refletir sobre as dinâmicas de procura registadas no sistema de educação e formação do Alto Alentejo. O principal dado a este respeito com que se tem de trabalhar consiste na certeza da redução natural do número de alunos, pelo que apenas através da captação de novos públicos é possível garantir a sustentabilidade das instituições. Com efeito, tendo em conta o crescimento das habilitações da população residente, há um público potencial entre aqueles que possuem habilitações secundárias ou médias que poderá ser trabalhado na ótica da atração.

Até 2010 verificou-se um crescimento da frequência de ofertas de dupla certificação no Ensino Básico e Secundário. Quando os novos Programas Operacionais (Capital Humano e Regional) entrarem em execução, é expectável uma inversão da quebra, entretanto, verificada. Daqui deverá

resultar o aumento do público potencial para as ofertas de dupla certificação de nível secundário, também provocada pelo alargamento da escolaridade obrigatória e, em sequência, um aumento de público potencial para as ofertas de nível superior (pós-secundária e licenciaturas).

Mesmo não havendo oscilações de procura, o ritmo de produção de qualificações de nível secundário em ofertas de dupla certificação permite a constituição de cerca de 10 turmas anuais ao nível das ofertas pós-secundárias que não têm sido aproveitadas pelo IPP.

Tendo em conta o ritmo de conclusões verificado até agora é no Ensino Profissional que reside o maior potencial de promoção de fileiras de qualificação que permitam o prosseguimento de estudos. A este fluxo de diplomados devem acrescentar-se os diplomados da Escola de Hotelaria e Turismo que se constituem, igualmente, como público potencial do prosseguimento de estudos.

No que concerne à procura de oferta de pós-secundário a mesma é diminuta, mas tal deve-se à própria oferta, pelo que esta será uma componente do mercado com forte potencial de evolução.

A procura de ensino superior em licenciaturas de 1º ciclo, por seu turno, é diminuta e o IPP é das instituições do País que regista uma procura mais débil, sobretudo ao nível das primeiras colocações. As escolas do IPP têm uma “performance” diferenciada, com a ES Saúde em situação mais positiva e a ESTG e a ESA em situação mais negativa quanto à procura. As taxas de ocupação são das mais baixas do país e nem nas áreas de maior procura e de maior elasticidade de procura o IPP se apresenta mais competitivo; trata-se não apenas de um problema de oferta e da sua adequação mas, sobretudo, de um problema de atratividade da própria Instituição muito penalizada pela sua situação geográfica.

Cerca de metade dos alunos do IPP são recrutados no próprio Distrito, logo seguido de Lisboa e de Setúbal, o que significa que há uma expressão local/regional importante da instituição, apesar de a esmagadora percentagem dos jovens com idade para frequentar o Ensino Superior não escolher a sua IES de proximidade. O *ratio* Candidatos/População do Distrito é dos mais baixos do País.

Sendo certo que uma parte considerável de alunos (cerca de metade dos colocados do Distrito) prefere o ensino universitário, a restante parcela, dispersa por diferentes IP's, pode considerar-se procura potencial do IPP. Na verdade, verifica-se uma concorrência difusa entre Politécnicos, sendo que Portalegre perde para Leiria, Castelo Branco, Coimbra e Santarém. A concorrência não é, pois, determinante entre os dois politécnicos que integram a mesma área de coordenação de oferta, pelo que é na articulação com a Universidade de Évora e com os Politécnicos do interior do País que deverão aprofundar as oportunidades de sustentabilidade futura do IPP.

O público adulto, sobretudo o que acede via +23 anos, ainda representa um elevado potencial de progresso e tem permitido preencher um número não negligenciável de vagas. Contudo, esta procura depende da capacidade de proporcionar condições de frequência compatíveis/conjugáveis com a atividade profissional, pelo que os regimes pós-laborais, nomeadamente, têm uma boa aceitação admitindo-se que, se fossem expandidos, poderiam alavancar este tipo de frequência.

A análise relativa às projeções demográficas e aos fluxos previsíveis de saída de alunos do sistema educativo nas vias regulares do Ensino Secundário permitem concluir que será nas áreas das ciências e tecnologia e línguas e humanidades que haverá maior potencial de procura. Tendo em conta as dinâmicas de oferta no Ensino Secundário afigura-se pouco expectável que haja procura regional para as áreas das artes, da economia e gestão, a menos que a articulação de ofertas potencie a abertura de turmas nestas áreas nas escolas com Ensino Secundário.

A tendência será para o crescimento da população escolar no Ensino Secundário em virtude do alargamento da escolaridade obrigatória e, por essa via, um aumento do número de diplomados, situação que se manterá até ao final da década, esperando-se a seguir uma diminuição do número de alunos que só não se prolongará se, entretanto, se registar uma alteração substancial em termos de natalidade ou dos saldos migratórios regionais. O expectável é que a partir de 2020 se registre uma década ou mais de decréscimo do número de alunos jovens, pelo que o futuro se decide nas margens de antecipação a esta realidade.

O que a análise dos fluxos permite, também, concluir é que o aumento da procura regional que sustente a oferta do IPP exige uma abordagem aos alunos que não apenas os do Ensino Secundário regular. Assim, os diplomados das vias de ensino de dupla certificação, nomeadamente o Ensino Profissional, deverão constituir um público a abordar por parte do IPP se a Instituição decidir ancorar a sua estratégia na captação de públicos regionais.

O posicionamento do IPP face à procura enfrenta, assim, sérias condicionantes estruturais:

- diminuição do número de candidatos;
- constrangimentos de ordem económica sentidos pelas famílias, só colmatável com o incremento dos apoios sociais e formas flexíveis de pagamento de propinas;
- elevadas taxas de abandono e insucesso no Ensino Secundário, as quais atingem uma proporção relevante de jovens que não prossegue estudos no Ensino Superior;
- posição desigual face às Universidades no que respeita ao cumprimento dos *ratios* de pessoal docente doutorado nos Politécnicos, o que condiciona o leque de ofertas possível.

A superação destes constrangimentos estruturais, ou pelo menos a sua atenuação, devem constituir pois, elementos essenciais da estratégia de reorganização da oferta formativa da Região.

3. Cenários para o reposicionamento estratégico do IPP

De acordo com os elementos de informação disponíveis, a cenarização do reposicionamento estratégico do IPP (ao serviço da reorganização da rede da oferta formativa de Ensino Superior, Tecnológico e Profissional do Alto Alentejo) pode ser estabelecida assumindo esta estratégia de abordagem muito simples ao problema:

- ✓ Contrariar por todos os meios possíveis o *Cenário tendencial* que se manifesta no horizonte da Instituição que a conduz a uma situação de insustentabilidade;
- ✓ Equacionar alternativas estratégicas de construção de um *futuro mais sustentável* para a Instituição.

(a) Cenário tendencial de não sustentabilidade

Trata-se de um cenário essencialmente determinado pela intensificação de um processo cumulativo, cuja raiz está na progressiva dificuldade da instituição em preencher vagas para a sua oferta disponível, o que se agravará com as perdas demográficas. Esse não preenchimento tem várias razões: desde a reduzida massa demográfica de famílias na área de influência da instituição no âmbito da qual possa ser aumentada a capacidade de fixação no IPP dos jovens que querem realizar formação superior até a eventuais dificuldades de definição de áreas seletivas de excelência suscetíveis de atrair jovens no exterior da referida área de influência, passando por eventuais desvios entre o que a instituição considera ser oferta relevante e o que tem dinâmica de procura, vários fatores podem ser invocados.

Mas o que marca verdadeiramente este cenário como algo de penalizador é o seu caráter cumulativo. O não preenchimento de números mínimos de vagas aumentará a pressão sobre a instituição para encerramento de cursos, esse encerramento repercutir-se-á na desvalorização por parte da procura da instituição agravando a sua atratividade, o que por sua vez dificultará a definição seletiva de novas áreas de aposta, comprometendo todo o financiamento da instituição. Numa situação deste tipo, salvo a possibilidade de acesso direto a financiamento de investigação, a função investigação tenderá a ser penalizada, comprometendo a posição relativa da instituição face aos critérios do regulador A3ES e penalizando fortemente a captação de novos recursos humanos e financeiros de investigação.

No caso de inexistência de ações concretas para contrariar os efeitos cumulativos aqui presentes, pode discutir-se o tempo provável de manifestação deste cenário e pode, ainda, questionar-se se estamos perante um cenário credível, pois poderá dizer-se que a ausência de medidas nunca será total e que a

instituição assumirá sempre posicionamentos reativos. Em nosso entender, o cenário deve ser ponderado, pois os constrangimentos são fortes e a posição da tutela política pode não ser suficientemente tranquilizadora. Neste quadro, a hesitação na abertura de CSTP pode abrir um cenário de maiores dificuldades ao financiamento e à abertura de cursos de Licenciatura. Para além disso, ele será também potenciado enquanto persistirem os efeitos da consolidação abrupta das contas públicas portuguesas e os desincentivos à formação de capital humano por parte das famílias determinados pela desvalorização em curso da força de trabalho (desvalorização nominal interna da economia portuguesa).

(b) Cenários proactivos possíveis

Face aos elementos de informação disponíveis, dois cenários proactivos são possíveis, em nosso entender, com contributo potencial para minimizar os constrangimentos estruturais que se abatem sobre a instituição e inverter os também já mencionados mecanismos cumulativos de desvalorização da instituição por parte da procura.

Por questões de simplificação, designaremos esses cenários de *Cenário técnico-profissionalizante*; e *Cenário de reposicionamento em rede regional*.

✓ Cenário técnico-profissionalizante

Este cenário parte do entendimento repetidas vezes manifestado publicamente pelo MEC de associar ao ESP uma vertente mais marcadamente técnico-profissionalizante. Não está aqui em causa a razoabilidade desta opção manifestada que configura uma tentativa gorada de recuperar os princípios constitutivos do ESP em Portugal pois, por um lado, a Universidade encarregou-se ela também de entrar por esses domínios numa larga faixa da sua oferta de formação superior e, por outro, as instituições do ESP responderam, embora desigualmente, aos imperativos reguladores de qualificação que sobre elas se foram impondo, afastando-as em termos de condições internas concretas do contexto que presidiu à instituição do ESP há cerca de 40 anos.

Embora tal interpretação não compreenda o estágio de desenvolvimento de uma grande parte das IESP em Portugal, ela teve influência já na decisão de criação dos CTSP e da sua vinculação ao Ensino Superior Politécnico.

Que traços poderá assumir este Cenário?

- Em primeiro lugar, poderá determinar a necessidade das IESP privilegiarem na sua oferta superior formações de nível pós-secundário e mesmo de licenciatura que possam ser entendidas pelo mercado de formação como uma sequência lógica a nível de formação superior de formações vocacionais secundárias de teor declaradamente profissionalizante. A intenção de

atribuir ao Ensino Dual uma importância redobrada no sistema educativo e de formação nacional, é conhecida. Esse Ensino Dual teria que criar a nível de formação superior a sequência de processos como o Ensino Profissional em escolas regulares, a certificação de qualificações escolares secundárias realizada pela INO ou o reforço do sistema de aprendizagem em Portugal, o qual não tem penetrado decisivamente em formações de nível secundário.

- Esta opção teria de traduzir-se necessariamente pelo realinhamento das ofertas atualmente ministradas nas quatro Escolas do IPP, identificando quais as que poderiam ser eventualmente associadas à referida e eventual progressão do sistema dual; de qualquer modo, não seria de enjeitar que uma hipótese desta natureza pudesse conduzir a uma atração adicional de procura, eventualmente seduzida pela componente mais marcadamente prática das formações.
- Adicionalmente, segundo este modelo, o IPP poderia lançar ofertas alternativas não conducentes ao grau de licenciatura (nomeadamente, Cursos Técnicos Superiores Profissionais) e podendo abranger domínios de formação não necessariamente de pendor tecnológico, generalizando a presença na formação pós-secundária.
- Este Cenário pode implicar alguma destruição de recursos, designadamente do ponto de vista dos recursos humanos de investigação. Excetuando a hipótese de em algumas áreas em que o IPP tenha massa crítica reconhecida de investigação, a instituição poder afirmar uma área própria desconectada da oferta formativa, a investigação realizada na instituição deveria ela própria orientar-se para se posicionar a montante da oferta técnico-profissionalizante.
- O Cenário é ainda compatível com uma mais forte participação da instituição na oferta de formação profissional contínua e à medida de necessidades concretas de empresas, com uma área de influência que teria de transcender a do Alto Alentejo. Por isso, há aqui implicações organizacionais internas de grande amplitude, como seria por exemplo a necessidade de dotar o IPP de uma estrutura técnica profissionalizada de engenharia da formação, sobretudo, orientada para a conceção e operacionalização de ambientes pedagógicos compatíveis com as condições técnico-profissionalizantes de toda a formação ministrada, superior e não superior, o que pode ser realizado a partir dos recursos da Escola Superior de Educação.
- Essas opções organizacionais teriam ainda de ser completadas com um maior e um mais sistemático envolvimento das empresas na vida da instituição. Uma aposta no teor técnico-profissionalizante de formações exige uma maior permeabilidade da instituição ao escrutínio por parte das empresas, de modo a aumentar a legibilidade das formações ministradas e das competências que podem ser valorizadas por via desses processos.

- Este cenário representaria uma alteração relevante do modelo de financiamento da instituição, pois deixaria de estar subordinada essencialmente à lógica estrita de financiamento das Instituições de Ensino Superior, podendo aceder a quotas de financiamento do FSE para a formação de natureza vocacional e para a formação profissional contínua.

Na visão dos representantes das Escolas do IPP, a criação de ofertas alternativas não conducentes ao grau de Licenciatura é encarada como uma oportunidade na direção da sustentabilidade do Instituto, sobretudo se encarada numa perspetiva de fileira, i.e., permitindo que os Institutos Politécnicos ofereçam estes cursos em articulação com a formação graduada. Essa é também a perspetiva do IESE.

A aposta que algumas Escolas do IPP têm vindo a fazer nos CET aproxima-se desta orientação, na medida em que visa captar alunos que de outra forma não procurariam o Ensino Superior, seguindo a perspetiva de articulação vertical com a oferta de licenciaturas existente. Contudo, os interlocutores alertam para um conjunto de fatores a ter em conta neste Cenário:

- Essa aposta deve acontecer a par de um planeamento da oferta a montante do Ensino Superior, na medida em que o seu público potencial será oriundo das vias profissionalizantes do Ensino Secundário. Acresce que a expansão da via profissional do Ensino Secundário na Região ainda não se refletiu no incremento deste segmento de procura e há desarticulações entre a oferta de Ensino Secundário e Superior que devem ser concertadas, p.ex., no caso do Turismo: a licenciatura de Turismo da ESE é considerada pouco atrativa para o perfil de diplomados da Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre que, estando pouco motivados para o prosseguimento de estudos, optam por não prosseguir para o Ensino Superior ou por procurar formações menos teóricas e mais operacionais, como é o caso da Gestão Hoteleira.
- Em áreas fortemente reguladas, como a Saúde, a oportunidade desenhada pelas ofertas pós-secundárias, e pela formação à medida, não é evidente, pois não tem enquadramento nos perfis profissionais existentes nem na regulamentação profissional do setor.
- A criação de ofertas não conducentes a grau nas Instituições de Ensino Superior acarreta o risco de sobreposição da oferta de Cursos de Especialização Tecnológica e de dispersão da procura, o que novamente reforça a importância de mecanismos de concertação da oferta. Contudo, a impossibilidade das IES manterem CET poderá limitar este perigo.

✓ *Cenário de reposicionamento em rede regional*

Este Cenário transcende o âmbito espacial deste trabalho que incide na rede de oferta formativa de ensino superior, tecnológica e profissional do Alto Alentejo, pois, só tem viabilidade e credibilidade numa lógica regional mais alargada e que é a do Alentejo e, sobretudo, no quadro de uma Estratégia de

Especialização Inteligente para a Região que integre os seus principais ativos produtores de conhecimento e de qualificações de recursos humanos.

Estaríamos, assim, perante uma estratégia de criação de uma única Instituição de Ensino Superior para a Região, integrando a Universidade de Évora e os dois Institutos Politécnicos, de Portalegre e de Beja, possibilitando por essa via um melhor aproveitamento de recursos das três instituições. Como é compreensível, a configuração de um modelo de reorganização desta natureza transcende o alcance possível do presente trabalho e teria de ser equacionada em trabalho autónomo, que permitisse identificar com que base de recursos diferenciadores seria possível construir uma massa crítica respeitável de formação superior, investigação, formação profissionalizante e de prestação de serviços ao meio. O País tem exemplos de universidades (Algarve e Aveiro, p.ex.) que contêm no seu seio IESP. Entretanto, não é líquido que os modelos anteriormente mencionados se tenham traduzido por processos de reorganização interna com especialização de funções bem definidas.

Este Cenário tem custos eventuais que devem ser tidos em conta e um desses custos é seguramente o risco de a reorganização/fusão atrás assinalada se traduzir por supressões de efetivos. Um projeto desta natureza só tem significado se corresponder a um realinhamento de prioridades de afirmação, captando nas instituições envolvidas os recursos de conhecimento, de infraestruturas e humanos avançados que possam corporizar uma instituição mais forte do que as inicialmente consideradas. A nova instituição terá de ser algo mais do que a simples soma das três instituições consideradas.

A reorganização deveria contemplar pelo menos as seguintes possibilidades:

- abrir caminho na Região a uma melhor e mais eficiente divisão do trabalho entre formação universitária e politécnica;
- assegurar ao IPP e ao IPB a possibilidade de, integrando-se numa instituição de maior ambição, contribuir em determinadas áreas para o reforço do potencial de investigação da nova instituição e, simultaneamente, garantir uma maior diferenciação do seu papel na Região e nos seus territórios de entorno imediato;
- garantir que toda a estratégia regional de especialização inteligente e de atração de investimento direto nacional e estrangeiro (IDEN) estruturante de um novo ciclo de desenvolvimento para o Alentejo com incorporação de maior intensidade tecnológica e de conhecimento na base produtiva regional existente e a criar tenha a nova IES como intermediária e agente crucial;
- organizar a nova instituição, simultaneamente, por áreas científicas e modalidades de formação superior, recompondo equipas para fortalecimento de áreas diferenciadoras; como exemplo,

não faria sentido a investigação agrária e agronómica estar espartilhada por várias equipas, o mesmo se dizendo em relação a outros domínios em que a agregação de recursos pode significar um incremento considerável de massa crítica, p.ex., as Ciências da Educação que teriam de ser ajustadas às novas condições de procura desse tipo de formação;

- fazer da nova instituição e do seu modelo organizacional um espaço de institucionalização de novas redes de cooperação interinstitucional na Região, com relevo preferencial para a presença das empresas individualmente consideradas (em casos em que a sua dimensão o justifique) e para o associativismo empresarial.

Este Cenário é designado de reposicionamento em rede regional, não por acaso: o cenário só tem credibilidade se for aceite e reconhecido como uma mais-valia para a Região e o quadro da nova programação do desenvolvimento regional para 2020 constitui o espaço adequado para avaliar essa possibilidade.

Nas condições atuais de fragilidade das condições de trabalho em Portugal e tendo em conta que uma reorganização desta natureza pode conduzir a libertações (mesmo que residuais) de postos de trabalho, só terá viabilidade com garantias de que a nova instituição assumirá na Estratégia de Desenvolvimento Regional uma forte centralidade. E quando falamos de Estratégia de Desenvolvimento Regional estamos a incluir nesse propósito a intervenção das políticas públicas centrais desenhadas para o território do Alentejo. Também estas deverão assumir que a nova instituição será considerada um instrumento de forte centralidade com as consequências óbvias em matéria de contratualização de financiamento.

Desta análise prospetiva resulta que este cenário seria aquele que poderia proporcionar uma mais completa revolução do modelo de financiamento das IES na Região, na qual as práticas de contratualização assumiriam um papel primordial.

Alternativamente pode haver um cenário mitigado não associado a uma fusão entre instituições mas a uma cooperação mais organizada, p.ex., sob a forma de Consórcio como está a ser tentado na Região Norte, e que englobe entidades do interior inseridas no Eixo Portalegre-Tomar-Castelo Branco-Guarda e Covilhã, envolvendo os respetivos Politécnicos e a Universidade da Beira Interior. Este Cenário evitaria a dominação dos recursos pela Universidade de Évora que constitui um risco para agregação das instituições regionais.

Trata-se de agregar instituições para consolidar ofertas e recursos a nível regional ou, pelo contrário, de articular, com instituições que são também concorrentes do IPP, estratégias de definição de ofertas, partilha de recursos e estabelecimento de vagas que sejam benéficas para as várias instituições que viessem a consorciar-se. Num plano trata-se de colocar as IES da Região claramente ao serviço da

Estratégia de Especialização Inteligente e, no outro, ao serviço da afirmação conjugada de uma estratégia de desenvolvimento para as instituições de parte interior do País que deverão beneficiar as estratégias de desenvolvimento regional respetivas.

Se a primeira opção apresenta mais riscos para o IPP, embora possa ser mais vantajosa para a Região, a segunda, de maior complexidade na execução, pode significar um movimento de alavancagem das instituições do interior do País que podem inclusivamente beneficiar dos programas previstos de majoração dos apoios aos alunos que frequentem instituições dessas regiões. Quer uma quer outra opção, beneficiariam de um apoio dinamizado pela respetiva CCDR ou pelas CCDR envolvidas, entidade fulcral na concretização dos apoios para a EEI.

Qualquer que seja o cenário selecionado, o mesmo não invalida a necessária reorientação do papel do IPP no contexto da rede de oferta formativa regional.

4. Reorganização da Rede da oferta Formativa

4.1. Concertação estratégica entre instituições do território: Rede e Instituição

A programação territorial para o desenvolvimento do Alto Alentejo, no contexto da programação Alentejo 2020, constitui a oportunidade certa para alavancar a **Reorganização da Rede da Oferta Formativa de Ensino Superior, Tecnológico e Profissional** permitindo focagens estratégicas de instituições e proporcionando às Entidades de Formação Superior, Tecnológica e Profissional, novas condições de financiamento para além do financiamento público da política de educação superior.

O reposicionamento do IP Portalegre não pode ignorar o que, entretanto, for decidido e acontecendo em matéria de reorganização da Rede de Ensino Superior, sendo certo que as estratégias de agregação e consorciação têm sido bem acolhidas pela tutela. Mas o que se pretende é que a resposta da Instituição aos fatores de condicionamento que está a experimentar, e cuja vigência se prolongará pelos próximos tempos, ganhará em margem de manobra se alinhar ativamente por uma prospetiva mais concertada ditada essencialmente pelos desafios da programação 2020 e por alguns projetos estruturantes que venham daí a resultar para o território de inserção.

Tal significa que o IP Portalegre, para fortalecer a sua posição na Rede e no sistema de Ensino Superior, necessita de focagem e de diferenciação. Essa focagem e diferenciação pressupõem um maior envolvimento numa prospetiva regional concertada em torno das prioridades da programação 2020, que o processo promovido e coordenado pela CCDR Alentejo pode assegurar. A diferenciação resulta da sua capacidade para apresentar uma oferta capaz de responder aos desafios do foco: o território, com

as suas necessidades de qualificação de jovens e ativos, de especialização e de investigação aplicada ao serviço das empresas e dos setores económicos regionais.

A grande oportunidade reside, assim, na possibilidade de a Instituição projetar, simultaneamente, ofertas formativas de 1º e 2º ciclo, de pós-graduação e de especialização e reciclagem, mas também de nível pós-secundário superior, ofertas que alinhem com uma prospetiva regional mais concertada e consequentemente com maior potencial de empregabilidade. Esse alinhamento deve também contemplar os recursos científicos (investigação reconhecida pelos modernos padrões de publicação mas também pelas suas ligações com o desenvolvimento e o tecido empresarial do Alto Alentejo) e a qualificação do próprio corpo docente (aumento do número de doutorados em áreas de aposta estratégica), fatores decisivos para aumentar a notoriedade e credibilidade da Instituição.

Os apoios públicos a novas ofertas formativas, tenham eles origem no financiamento às instalações e equipamentos da rede de estabelecimentos (via FEDER) ou no apoio aos formandos e à formação de docentes e formadores (FSE), estarão subordinados:

- a objetivos mais vastos de Especialização Inteligente para a Região, integrando os seus principais ativos produtores de conhecimento e de qualificação de recursos humanos;
- a lógicas de valorização de recursos formativos existentes (instalações e equipamentos; docentes e formadores) e de (re)organização das ofertas que envolvam as componentes de formação superior, tecnológica e profissional (com destaque para as ofertas atuais ou a dinamizar pelas Escolas Superiores do IP Portalegre, bem como pela Universidade de Évora) e compreendendo também a formação profissional contínua; e
- a uma forte interação com instrumentos de apoio ao empreendedorismo e à iniciativa empresarial, rentabilizando instalações existentes, designadamente, no âmbito do património formativo e das atividades do Serviço Público de Emprego.

Estes são critérios a ter presente na decisão estratégica operacional que envolva a mobilização de recursos de investimento público, bem como na dinamização e no financiamento de ofertas de formação setorial especializada, pelo que são elementos essenciais a ter presentes na reorganização que vier a ocorrer da oferta formativa.

A reorganização tem de estabelecer nexos de relação com a Estratégia de Desenvolvimento Económico do Alto Alentejo focada na atração de investimento económico-empresarial e na criação de emprego. Esta relação deverá conduzir a uma valorização das ofertas formativas dirigidas à Economia dos Recursos Naturais, com destaque para as Atividades agroalimentares e florestais, com uma componente

pecuária enriquecida; as Energias Renováveis; a Gestão sustentável dos espaços rurais; e o Turismo patrimonial, gastronómico e de natureza.

4.2. Rede Regional de Coordenação da Oferta de nível superior

A Rede Regional de Coordenação da Oferta de nível superior, já estabelecida pelo MEC para a Região do Alentejo, envolve as três instituições públicas de Ensino Superior: o IP de Beja, o IP de Portalegre e a Universidade de Évora. O nível de coordenação já conseguido não é, contudo, plenamente evidente, num contexto onde as instituições mais do que parceiras se têm revelado concorrentes.

Algumas Escolas do IPP não se reconhecem na configuração territorial da atual Rede Regional de Concertação da Oferta, salientando o maior dinamismo das interligações com polos não presentes na Rede (com Castelo Branco, p.ex.), para além de dificuldades impostas pela distância geográfica face a Évora e a Beja. As posições mais críticas face ao modelo da Rede Regional advêm das Escolas com taxas de colocação inferiores (casos da ESAE e da ESTG), para as quais a articulação com instituições como o IPBeja ou a Universidade de Évora acarreta mais riscos de perda de protagonismo na cena formativa regional. Neste quadro, o segundo cenário de possibilidades que traçado, menos vinculado ao território NUT, parece estar mais ancorado àquilo que são as parcerias já estabelecidas pelo IPP que articular com territórios a norte interior e não a sul. Ambas as opções comportam riscos que devem ser ponderados e balanceados pela Estratégia de Desenvolvimento Regional para o período 2014-20.

Seja qual for o Cenário, a análise efetuada permite constatar que há margem para um aprofundamento do trabalho de coordenação, aprofundamento que exige a moderação de entidades regionais de coordenação que dotem o processo de uma intencionalidade de contributo para o desenvolvimento regional. A possibilidade de uma melhor articulação/divisão do trabalho entre a Universidade de Évora e os Politécnicos, afigura-se indispensável dado que a Universidade tem avançado com ofertas formativas que colidem com as áreas de especialidade do Ensino Politécnico, nomeadamente na área da Educação.

Atualmente existem já ofertas partilhadas com IP de outras regiões ao nível dos Mestrados de 2º ciclo e não há razão para que essas experiências não possam incluir, noutras áreas, as diferentes instituições da Região. A concertação da Rede deve ter em atenção a interligação de ofertas que sigam uma orientação de fileira e contribuam para trajetórias académicas coerentes, ultrapassando situações de desarticulação da oferta dos atuais CET e Licenciaturas entre as Instituições da Rede¹.

¹ Este é o caso do CET de Cuidados Veterinários do IPBeja que não tem Licenciatura; apesar disso, a maioria dos alunos opta por continuar a sua trajetória académica em Beja, no curso de Produção Animal, ao invés da licenciatura em Enfermagem Veterinária que a ESAE-IPP disponibiliza.

Para além da coordenação em termos de ofertas de 1º ciclo, podem ainda ser coordenadas formações de 2º ciclo em que o IPP possa beneficiar da existência de ofertas conjuntas com a Universidade de Évora em algumas áreas, de que são exemplo as Tecnologias e Engenharias e a Gestão. Em idêntico sentido, poderia acrescentar-se a negociação de Doutoramentos conjuntos entre Politécnico e Universidade ampliando a experiência de um Doutoramento conjunto entre a Escola Superior de Enfermagem e a Faculdade de Medicina, ambas de Lisboa. A criação de condições formais junto da A3ES e do MEC para a concretização deste tipo de consórcios permitiria valorizar os recursos dos IP e incrementar a sua imagem, sem desregular o sistema na medida em que a entidade certificadora continuaria a ser a Universidade.

Ao nível das **formações pós-graduadas e formações avançadas**, existe toda uma área de coordenação e consorciação possível em diversas áreas:

- Gestão (MBA regionais direcionados aos setores estratégicos da Região ou ainda à medida para empresas);
- TIC (sistemas de informação de gestão, sistemas de informação geográfica, gestão e administração de bases de dados, gestão de projetos com certificação PM, linguagens de programação, redes e infraestruturas de dados e comunicação, entre outras);
- áreas associadas à Agronomia (rega, aproveitamentos hidroagrícolas, produção biológica, certificação de qualidade e segurança alimentar, comercialização e internacionalização, novas culturas);
- áreas associadas à Saúde (gestão e administração, sistemas de qualidade e de avaliação de serviços de saúde, cuidados continuados, terapias alternativas); e
- áreas associadas à Educação (gestão e administração, avaliação, intervenção precoce, tutoria educativa na promoção do sucesso escolar).

Esta coordenação pode envolver a Rede Regional mas também pode beneficiar do contributo de entidades especializadas e de IES de outros territórios, bem como de entidades privadas e empresariais.

4.3. Construção de uma Rede Regional de Educação e Formação (para além do Ensino Superior)

Um dos principais problemas com que o IP Portalegre se depara reside no baixo potencial de procura existente, fruto das tendências de recessão demográfica as quais, no que concerne à população escolar, vão no sentido de um decréscimo que começa a atingir os níveis mais baixos de escolaridade e atingirá o nível secundário e, por decorrência, o superior em finais da década. O impacto desta perda demográfica só poderá ser minorado através da criação de condições de alargamento do público potencial do IPP, nomeadamente jovens com frequência das vias de Ensino Secundário de dupla certificação (que

criará mais que a frequência do regular) e jovens com frequência do secundário regular (criando condições que tornem mais atrativa uma frequência de Ensino Superior de proximidade).

Esta possibilidade só pode ser amplamente conseguida se a estratégia da instituição estiver para além da reestruturação da oferta e avançar no sentido da construção e liderança de uma Rede Regional de Educação e Formação, até a data ausente, em termos efetivos.

Trata-se de promover a interação entre todas as entidades regionais promotoras de educação e formação de nível Secundário, Profissional, Tecnológico e Superior, uma interação orientada à coordenação da oferta, à sua melhoria, à construção de percursos individuais de educação e formação consequentes e com potencial de impacto no tecido económico e social regional.

Este espaço de coordenação encontra-se por preencher a nível supramunicipal e alguns interlocutores dos diversos subsistemas inquiridos consideram que a CIMAA será a entidade mais capaz de assumir a responsabilidade por essa coordenação regional da oferta; contudo, há quem considere que esta entidade não tem poder regulatório bastante sobre o sistema de educação e formação, aspeto relevante para um adequado desempenho da função coordenação.

No entanto, a CIMAA tem a vantagem de ser a representante dos poderes mais institucionalizados do Alto Alentejo e há aspetos fundamentais a uma boa articulação da oferta formativa que dependem da mobilização desses poderes, de que são exemplo as respostas proporcionadas pelas autarquias em matéria de rede de transportes. Neste sentido, parece conveniente que a coordenação política do processo possa ser assegurada pela CIMAA e ao mesmo tempo a coordenação executiva possa ser assegurada pelo IPP.

O objetivo seria a criação de fileiras de formação que abranjam o Ensino Secundário, o Ensino pós-secundário e o Ensino Superior e que se apresentem aos jovens como percursos integrados e coerentes que facilitem a transição do Ensino Secundário ao Ensino Pós-secundário e deste ao Ensino Superior ou diretamente do Ensino Secundário ao Ensino Superior. Este tipo de estratégia está a ser ensaiada, no presente ano-letivo pela ESAE, na tentativa de captar mais jovens para as suas licenciaturas; contudo, terá de ser reorientada para a nova oferta de CTSP.

Nesta perspetiva, o IPP deveria promover uma aproximação às Escolas Secundárias dos concelhos do Alto Alentejo e às restantes entidades formadoras que produzam formação certificada de nível secundário - Escolas Profissionais, EHTP e IEFP - e criar ofertas formativas integradas em áreas de potencial empregabilidade regional, permitindo aos jovens a seleção de um percurso formativo que conduza a um diploma superior de nível 5 (CTSP) ou a uma licenciatura.

A atribuição de condições de acesso preferenciais aos diplomados das vias profissionalizantes do Ensino Secundário que tenham concluído um curso da mesma área das ofertas do IPP, pode contribuir para atrair esse segmento de procura potencial, solução adotada pela Escola Superior de Saúde.

A criação dos CSTP de nível 5 são a oportunidade para lançar este trabalho, bem como o desafio que o MEC lançou aos IP para que colaborem com os seus recursos no desenvolvimento do Ensino Profissional nas Escolas quer através da disponibilização das instalações e equipamentos, quer de competências para apoio à formação e conceção curricular.

Esse trabalho permitiria ao IPP refletir também sobre a sua oferta dotando o Alto Alentejo de uma oferta integrada que estabelecesse percursos de fileira que progredissem desde o nível 4 de qualificação ao nível 6, permitindo saídas no final de cada percurso e reentradas com algumas condições de vantagem, nomeadamente atribuição de créditos.

A concertação deve ser iniciada com atividades de orientação-sensibilização-aproximação ao mundo profissional como são aquelas em que assenta o Ensino Vocacional. A Escola Superior Agrária e a Escola Superior de Tecnologia e Gestão têm condições para um posicionamento na charneira deste tipo de intervenção, uma vez que poderão constituir-se como parceiras para as ofertas da componente prática e para a articulação com as empresas nas atividades práticas em contexto de trabalho, em áreas como: Agricultura, Horticultura, Pecuária, Atividades de transformação agroalimentar, Tecnologias, Mecânica e Eletrónica, Energias renováveis e Ambiente.

Com uma organização integrada da oferta e com uma ligação estreita entre o IP Portalegre e as Escolas do Alto Alentejo, que estimule os alunos e apoie a construção de experiências de aprendizagem consistentes, é possível melhorar as taxas de conclusão e, desse modo, aumentar a procura potencial de ofertas de cursos pós-secundários e mesmo de formação superior.

A constituição de uma rede coordenada de oferta pode permitir, por outro lado, ultrapassar as dificuldades de negociação de abertura de cursos com a Administração Educativa, nomeadamente, porque as instituições apresentarão argumentos sólidos que justificam a oportunidade das suas ofertas, ganhando capacidade negocial face à tutela e minorando as dificuldades de coordenação trazidas pela relativa volatilidade dos cursos oferecidos pelas Escolas Secundárias, sem deixar de considerar a rápida saturação do mercado que exige alguma alternância de ofertas e flexibilidade por parte das instituições.

No quadro das oportunidades de desenvolvimento económico identificadas, as fileiras de oferta possíveis englobam:

- (i) *Agricultura/Ambiente/Turismo*: com ofertas nas áreas da Produção agrícola, florestal e animal, Agricultura biológica, Qualidade e segurança alimentar, Transformação de produtos agrícolas, Veterinária, Turismo ambiental e rural, integrando Escolas Secundárias e Profissionais, a Escola Superior Agrária, a Escola Superior de Saúde e a Escola de Hotelaria e Turismo, com ofertas de Ensino Profissional, Ensino pós-Secundário não superior e superior e Ensino Superior em cursos que podem ir desde os de Técnicos de produção, com especializações variadas, a Técnicos de qualidade e Auditores, técnicos de cuidados veterinários, Animadores de turismo rural e ambiental, Técnicos de turismo e Gestores de unidades de turismo.
- (ii) *Saúde e Cuidados comunitários*: com ofertas nas áreas da Gerontologia e cuidados continuados, Animação social, Auxiliares de saúde e técnicas de diagnóstico, integrando Escolas Secundárias e Profissionais e as Escolas Superiores de Saúde e de Educação, com ofertas de Ensino Profissional, Pós-secundário não superior e superior e Superior em cursos que podem ir desde Técnicos de gerontologia, Técnicos auxiliares de saúde, Técnicos de fisioterapia, Técnicos de nutrição, Animadores sociais e Técnicos de laboratório;
- (iii) *Tecnologias*: com ofertas nas áreas das Redes informáticas, Sistemas de informação e programação, Eletrónica e Eletromecânica, Multimédia, Eletricidade, Frio, integrando as Escolas Secundárias e Profissionais e a Escola Superior de Tecnologia e Gestão, com ofertas de Ensino Profissional, pós-Secundário não superior e superior e Superior, em cursos que podem ir desde Técnicos de instalação e manutenção de redes informáticas, Técnicos de informática, Técnicos de produção e conceção multimédia, Programadores e Técnicos de bases de dados, Técnicos de Sistemas de Informação Geográfica, Técnicos de design gráfico, Técnicos de eletrónica, eletromecânicos e Técnicos de instalação elétrica, de frio e climatização;
- (iv) *Comércio e Logística*: com ofertas na área da Gestão de armazém, Logística de transportes, Distribuição, Comércio eletrónico, Comércio internacional, integrando as Escolas Secundárias e Profissionais e a Escola Superior de Tecnologia e Gestão com ofertas de Ensino Profissional, Pós-secundário e Superior, em cursos que podem ir desde Técnico de armazém, Técnico de distribuição, Técnico de logística e Técnico de compras;
- (v) *Energia*: com ofertas na área das Energias renováveis nas suas várias especialidades, solar, biomassa, biocombustíveis, integrando as Escolas Secundárias e Profissionais e a Escola Superior de Tecnologia e Gestão com ofertas de Ensino Profissional, Pós-secundário e Superior, em cursos que podem ir desde as áreas Técnicas de instalação e operação de estruturas de produção de energia até à conceção das estruturas que já pressupõem uma formação em Engenharia;

- (vi) *Gestão*: com ofertas na área da Gestão, Empreendedorismo, Contabilidade, integrando as Escolas Secundárias e Profissionais e a Escola Superior de Tecnologia e Gestão com ofertas de Ensino Profissional, pós-Secundário e Superior, em cursos que podem ir desde o de Técnico de contabilidade e Gestão de PME.

As possibilidades identificadas pressupõem uma partilha de recursos especializados entre as várias entidades de forma a que a integração das ofertas em percursos de formação mais ou menos longos (Profissional+CET ou Profissional+CET+Superior ou Profissional+CTSP ou Profissional+CTSP+Superior) tenha níveis de qualidade consistentes.

A dinâmica de procura deverá ser potenciada com estratégias de divulgação e atração de alunos diferenciadas. Paralelamente, é fundamental que a coordenação regional da oferta seja acompanhada pela implementação de um mecanismo de avaliação das ofertas e de monitorização do percurso dos alunos que possa alimentar a divulgação de resultados dos cursos, nomeadamente em termos de empregabilidade, junto das famílias e dos potenciais alunos.

4.4. A concretização do Cenário técnico-profissionalizante

O papel a desempenhar pelo IPP na coordenação regional da oferta formativa, para além do Ensino Superior, sublinha a importância do Cenário técnico-profissionalizante. O reforço da vocação técnico-profissionalizante no Ensino Politécnico é inevitável, sobretudo, nas instituições que sofrem de fraca atratividade. Assim, mesmo que a concretização do Cenário técnico-profissionalizante possa ser mitigada com a assunção de estratégias mistas, esse é o Cenário que, no curto prazo, deve ser considerado como fulcral para o desenvolvimento da Instituição e para a consolidação da sua capacidade de afirmação no contexto da Rede de Coordenação Regional da Oferta formativa.

O novo enquadramento normativo para as ofertas de tipo pós-secundário exige uma alteração substancial das estratégias das entidades, sobretudo, as do Ensino Superior. Assim, os CET ficam adstritos a ofertas de Ensino não Superior pelo que se deverão manter na Escola de Hotelaria e Turismo, enquanto que os CET oferecidos nas Instituições de Ensino Superior deverão ser reconvertidos em Cursos Técnicos Superiores Profissionais para serem introduzidos no próximo ano letivo. Estes cursos têm como objetivo a harmonização do sistema com os países europeus, nomeadamente, do centro e norte da Europa onde este tipo de formações já está presente, terão a duração de 2 anos e atribuem uma qualificação de nível 5 integrada no QNQ. A classificação ISCED 5 permite ocupar um vazio existente no quadro das ofertas educativas portuguesas, já que nenhuma oferta pós-secundária, nomeadamente a de Cursos de Especialização Tecnológica, tem esta classificação.

Apenas unidades orgânicas do Ensino Politécnico autónomas ou integradas em Universidades poderão disponibilizar estas ofertas o que cria, no quadro das instituições da Região Alentejo, uma vantagem competitiva para o IPP e o IPB. A estratégia de adaptação pode ser desenhada a dois tempos:

(i) *Transformação dos CET existentes em Cursos Técnicos Superiores Profissionais* com vista à abertura de candidaturas ao 1º ano já no ano letivo 2014-2015. Esta transformação exige uma alteração curricular, na medida em que os CTSP têm uma duração mais longa que os CET e uma maior articulação com empresas.

O primeiro passo para inserção das novas ofertas deve residir na promoção muito rápida da adaptação dos CET existentes ao novo modelo, o que permitiria abrir pelo menos as ofertas já existentes no ano letivo 2014-2015 em que se admite que a adesão das instituições seja baixa².

(ii) *Estratégia de criação de cursos de raiz*, muito articulados com o tecido empresarial, ligados à Estratégia de Especialização Inteligente do Alentejo, abordagem fundada na criação de fileiras de oferta formativa que se iniciam no Ensino Secundário. Esta estratégia exige um tempo mais longo de preparação, pelo que deve ser iniciada para ter condições de abertura de cursos no ano letivo 2015-2016.

As instituições regionais que ofereçam nível de Ensino Politécnico devem constituir redes de oferta em conjunto com as escolas e entidades formadoras que ministram Ensino Secundário com ofertas de dupla certificação. O objetivo consiste em criar fileiras de Ensino Profissionalizante que permitam o prosseguimento de estudos aos alunos que terminam o Ensino Secundário em vias de dupla certificação e ao mesmo tempo criar públicos para estas novas ofertas de Ensino Superior.

Esta coordenação deveria permitir, desde já, ajustar as ofertas quer de nível secundário quer de nível superior às necessidades regionais de qualificação associadas ao desenvolvimento da Estratégia de Especialização Inteligente.

Uma segunda dimensão de mobilização da procura e talvez a mais estratégica consiste no envolvimento do tecido empresarial na dinâmica de coordenação da oferta. As empresas e/ou as entidades que as representam devem ser envolvidas na(s) rede(s) de coordenação de oferta com vista a garantir uma efetiva adequação das ofertas e dos seus currícula às necessidades do tecido empresarial.

Na medida em que os CSTP se destinam a todos alunos que terminaram o Ensino Secundário, a dinamização da procura (após consolidada uma oferta a partir da Rede atrás mencionada), exige um

² Este processo implica consulta a entidades empregadoras e associações empresariais e ou socioprofissionais da região onde se insere a Instituição de Ensino Superior, às entidades regionais responsáveis pelo emprego e formação profissional e à entidade responsável pelo Catálogo Nacional de Qualificações, seguindo-se e o posterior registo do Curso junto da Direção-Geral do Ensino Superior.

esforço de divulgação que pode ser assumido ou pelas autoridades regionais ou pelas próprias IES e dirigido às famílias e aos jovens do Ensino Secundário.

Os CSTP podem constituir-se como instrumentos de resposta importantes a casos de abandono escolar podendo, igualmente, ser assumidos como um instrumento regional para a concretização dos objetivos da Iniciativa Garantia Jovem e, ainda, um instrumento ao serço da política regional de emprego. Nestas circunstâncias, as IES têm de conceber planos de recuperação para que os alunos adquiram conhecimentos de base de que não disponham.

A oferta deverá ser construída a partir da Rede Regional de Coordenação e ter em conta as necessidades elencadas na Estratégia de Especialização Inteligente para a Região. Tendo em conta os objetivos estruturantes que esta se propõe atingir, bem como as prioridades temáticas, derivadas da especialização e potencial científico, tecnológico e económico, antevê-se que o leque de ofertas de CSTP deva dar resposta às seguintes áreas: (i) Turismo; (ii) Agricultura e Agroalimentar; (iii) Energia e Ambiente; (iv) Tecnologias da Informação e Comunicação; (v) Património e Cultura; (vi) Logística e Mobilidade; e (vii) Economia Social.

Trata-se de uma agenda exigente e a consolidação de um leque de oferta a este nível, que sirva a Estratégia de Especialização Inteligente, está confrontada com a falta de recursos por parte das IES para responder a áreas tão diversificadas, sendo necessário garantir condições de financiamento comunitário para estas formações, promover a partilha de recursos entre entidades formadoras e empresas e, ainda, criar uma dinâmica que permita reconfigurar ofertas e reconverter corpo docente. Esta agenda pressupõe uma coordenação regional efetiva, organizada a partir das autoridades regionais com tutela nas áreas da educação e da formação e emprego, nomeadamente.

4.5. Novos públicos

As alterações demográficas e sociais exigem também a abertura das Instituições do Ensino Superior a novos públicos, alargando o contributo do IPP para o desenvolvimento de estratégias de aprendizagem ao longo da vida. O alargamento da base de recrutamento é crucial, junto dos jovens, nomeadamente daqueles que pretendem um percurso de especialização pós-secundária, mas também junto dos adultos e da população ativa.

Neste plano, existe um potencial pouco explorado, o público adulto (maiores de 23) para o qual é necessário criar condições de flexibilização das modalidades de oferta que permitam a conciliação entre formação e exercício de atividade profissional. Trata-se de equacionar e expandir a oferta em horário pós-laboral, em modalidades a distância e *b-learning* e divulgar essas ofertas a nível regional.

A formação avançada de ativos e as pós-graduações são, por outro lado, vetores cruciais para a dinamização de uma oferta que permita encontrar novos públicos junto da população ativa. Chegar a esta procura implica não apenas divulgar, como também procurar parcerias estratégicas com entidades empregadoras no sentido de realizar formação à medida ou formação em áreas-chave.

O IPP tem de sair do seu *campus* e visitar as empresas e outros empregadores locais a fim de identificar áreas de cooperação que permitam dinamizar a Instituição e a sua colaboração para o desenvolvimento do tecido empresarial local. O papel da ESTG e da ESA são aqui fundamentais, na medida em que podem oferecer formação que sirva os setores de atividade mais dinâmicos a nível regional.

Um exemplo desta possibilidade reside no desenvolvimento do *Cluster* aeronáutico na Região que, motivado pelo investimento da Embraer (em Évora) e da Gest Air (em Ponte de Sor, com investimento nas infraestruturas e na instalação de uma Escola de Formação de Pilotos), gera possibilidades de desenvolvimento empresarial de fileira que podem ser exploradas.

4.6. Focalização e diferenciação

O IPP tem no mercado regional a sua melhor aposta no curto/médio prazo para ganhar novos públicos, mais do que tentar concorrer com outras instituições. A estratégia a implementar é de foco no seu território e nas suas necessidades, como centro da reestruturação da respetiva oferta.

Apesar desse foco que aposta no território e na sua população, a Instituição deve ser capaz de aproveitar igualmente a sua capacidade instalada para se posicionar na rede de oferta nacional naquelas áreas de formação cuja procura apresenta maior elasticidade, maiores índices de força e taxas de ocupação acima da média, nomeadamente:

- (i) *Formação de Professores*: mantendo uma oferta mínima, em termos de vagas, numa área em que a empregabilidade é fraca, mas em que a elasticidade da procura ainda é uma evidência;
- (ii) *Enfermagem*: mantendo a oferta atual numa área em que a empregabilidade é fraca, mas em que a elasticidade da procura ainda é uma evidência;
- (iii) *Áreas de formação que a nível nacional registam boas taxas de ocupação e bons índices de força* (Jornalismo e Reportagem, Ciências Dentárias, Terapia e Reabilitação, Ciências Veterinárias, Mecânica, Eletromecânica e Metalomecânica, Bioquímica, Urbanismo e Gestão), nas quais o IPP se pode posicionar com ofertas distintivas e diferenciadoras que possam atrair candidatos de fora da Região.

A possibilidade de no próximo período de programação 2014-2020 vir a ser implementado um programa que atribui majorações em termos de bolsas ou outros benefícios para a deslocalização de alunos para

regiões do Interior pode ser aproveitado pelo IPP programando antecipadamente uma estratégia de oferta que inclua apoios aos alunos no seu processo de deslocalização.

No entanto, a atração de públicos-alvo depende também da coerência dos projetos de qualificação a qual se adquire através da construção de projetos integrados de formação que tracem percursos completos para os alunos do Alto Alentejo. Assim, para além de poder manter uma oferta de âmbito nacional nas áreas atrás identificadas como de maior elasticidade, é imprescindível a concertação regional de oferta não só entre entidades do Ensino Superior, mas também entre o IPP e as Escolas Profissionais, Secundárias e a Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre. A consistência de uma oferta integrada e articulada é essencial não só para a captação de alunos, mas também para a articulação com o tecido económico regional e permite contribuir decisivamente para o crescimento de atividades económicas no âmbito dos polos de crescimento identificados:

- ✓ *Polo do Turismo* - articular uma oferta que qualifique recursos humanos para: (i) as atividades de hotelaria e restauração; (ii) do turismo ambiental e cultural; e (iii) do desporto (equestre, natureza e náutico).

A articulação com a EHTP é essencial neste domínio, bem como com a Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Alter do Chão.

- ✓ *Polo das Atividades agrícolas e Agroalimentares* - articular uma oferta orientada para a produção de qualificações para os seguintes ramos de atividade: (i) transformação da cortiça, do azeite e do vinho; (ii) produção animal; (iii) produção florestal; e (iv) fabrico de produtos regionais (queijos e enchidos) com enfoque na produção de qualificações para a certificação da qualidade e a segurança alimentar e para a comercialização e marketing.

Estas formações devem estar orientadas à conceção de novos produtos, à aquisição de competências sobre novos métodos de produção e à qualidade e comercialização, p.ex., na área da biotecnologia, que podem dinamizar a inovação das empresas regionais a partir do IPP, mas também do marketing e internacionalização.

- ✓ *Polo dos Recursos Naturais e Ambientais* - oportunidade de lançamento de ofertas orientadas às rochas ornamentais (tecnologias e inovação na extração e utilização da matéria-prima) e às energias renováveis (energia solar e térmica, produção de biomassa,...) que podem criar dinâmicas de fileira, se tiverem a montante do Ensino Superior ofertas no Ensino Profissional.
- ✓ *Polo da Logística* - estabelecimento de uma fileira de oferta orientada para a produção de qualificações na área da gestão de operações, logística e transporte, comércio internacional.

- ✓ *Polo orientado às TIC e atividades de alto valor acrescentado* - responder às necessidades de formação na área da aeronáutica, mecânica, sistemas de informação, redes e comunicações, eletrónica, nanotecnologias, novos materiais, células fotovoltaicas e instrumentação.
- ✓ *Polo da Qualificação do território* - dinamizar ofertas orientadas ao urbanismo e requalificação urbana e do património, para atividades que relacionem: novas tecnologias e património, p.ex., na área multimédia e da produção de conteúdos; e construção e ambiente, nomeadamente, no domínio da eficiência energética dos edifícios e da construção “verde”.
- ✓ *Polo orientado à Coesão social* - estimular a criação de uma fileira de oferta orientada aos cuidados da população idosa tanto no plano dos cuidados sociais, como da saúde (cuidados continuados e terapia e reabilitação).

Neste enquadramento, devem ser construídas a nível regional ofertas de Ensino Profissional, Tecnológico, Pós-secundário e Superior que, numa perspetiva de fileira, ofereçam possibilidades de formação de nível 4, 5 e 6 nas áreas identificadas.